

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

Vamos a voto

É necessário e útil que se reforce a importância de cada um de nós exercer esse direito constitucionalmente consagrado, que é o acto de votar. Que é o acto de escolher livremente e em consciência.



António João Maia

No próximo domingo, 4 de outubro, vamos a votos. É o momento em que, como cidadãos, somos chamados a escolher a liderança dos destinos do governo do nosso país para os próximos 4 anos.

Como escrevi aqui neste mesmo espaço, em 27 Agosto passado, então já numa fase de pré-campanha eleitoral (Democracia e possíveis contextos de fraude - <http://www.gestaodefraude.eu/wordpress/?p=21823>), o modelo democrático que temos, que tal como todos os outros tem imperfeições, assenta justamente no princípio de que o poder reside no povo e na sua capacidade de decidir e escolher quem e que projectos quer para governar os destinos colectivos.

Sem querer entrar em considerações de qualquer espécie sobre o sentido ou a qualidade das diversas propostas que se encontram agora a sufrágio – porque esse não é o propósito desta reflexão nem da acção do OBEGEF –, julgo no entanto que é necessário e útil que se reforce a importância de cada um de nós exercer esse direito constitucionalmente consagrado, que é o acto de votar. Que é o acto de escolher livremente e em consciência.

Claro que numa sociedade de homens livres, como é aquela em que nos encontramos, a opção de não votar é tão legítima como a de votar. Por isso ela está prevista e os resultados eleitorais das sucessivas votações registam sempre a dimen-

são da abstenção. Daqueles que, pelas mais variadas razões, se vão abstendo de participar no processo de escolha. E a história tem registado uma tendência preocupante para o crescimento da dimensão da abstenção. Este facto, que terá certamente diversas explicações, não será alheio à percepção que os portugueses possuem sobre quem os tem governado. A noção de que “os políticos são todos uns corruptos”, evidenciada por muitos estudos, traduz essa percepção.

Não sabemos se a percepção reinante encontra uma correspondência com a realidade da acção dos políticos. Arrisco mesmo que o mais provável é que, à semelhança de todos os demais grupos sociais, a denominada classe política seja integrada por pessoas bem formadas, com uma noção muito clara e exemplar de servir o interesse colectivo e o bem comum, e outras menos bem formadas e mal intencionadas, que, pela via conferida pelo exercício dos poderes públicos, procuram unicamente a satisfação dos seus interesses particulares e daqueles com quem se relacionam.

Aliás, julgo mesmo que maiores índices de participação activa dos cidadãos nos processos eleitorais e no envolvimento em torno das

questões políticas e nos projectos que a todos interessam, são seguramente formas de enriquecer esses mesmos processos políticos, com a vantagem de, pela exigência, contribuírem também para elevar a qualidade ética e moral de alguns intervenientes.

Por todas estas razões importa reforçar a importância de cada um de nós não deixar de exercer o direito de escolha no próximo domingo.

Mas mais, importa igualmente que não descansemos em cada um dos dias que se seguirem. Importa que estejamos atentos, com a preocupação permanente de percebermos se os passos dados correspondem às opções seleccionadas, para que, quando assim não seja, possamos de forma legítima e esclarecida indicar as falhas e exigir o regresso ao caminho escolhido ou, pelo menos, que nos dêem explicações sobre a necessidade dos atalhos tomados.

Escreve à sexta-feira

<http://www.gestaodefraude.eu>

